

Pautas importantes se acumulam na Câmara

No Legislativo da Capital, o plano diretor é colocado como prioridade, mas pode ter a sua revisão adiada novamente

Decisões que vão impactar o cotidiano dos porto-alegrenses estão sendo adiadas na Câmara de Vereadores da Capital. O processo de revisão do plano diretor, que orienta a gestão do desenvolvimento urbano sustentável do município e reúne o interesse popular e de vários setores da sociedade, como o mercado imobiliário, está entre elas, assim como a concessão do Departamento Municipal de Águas e Esgoto (Dmae) à iniciativa privada e a extinção do benefício da licença-prêmio aos servidores públicos municipais.

A cerca de um ano das eleições municipais, é natural que as atividades eleitorais comecem a afetar os trabalhos do Legislativo. As movimentações na Casa indicam que o presidente no próximo ano será o vereador Mauro Pinheiro (PL), que já exerceu o cargo em 2015, à época eleito pelo PT. Ele diz que o ano de eleição “sempre tem algumas peculiaridades, mas tem que ter um certo controle para conseguir votar projetos, sendo um vereador experiente, é mais fácil conciliar isso”, finaliza.

VEJA OS TEMAS EMPERRADOS NA CMPA

■ Plano diretor

Protelando há três anos, o plano diretor de Porto Alegre deverá ser enviado em dezembro à Câmara de Vereadores. Programado para ser revisado a cada década, é o projeto mais importante da cidade. O plano diretor tem impacto direto na qualidade de vida dos moradores do município e estabelece regras e diretrizes para o desenvolvimento urbano. Orienta as políticas públicas que abrangem uso do solo, ocupação territorial, saneamento básico, habitação, mobilidade urbana e meio ambiente. Preocupado, o presidente da Câmara de Porto Alegre, Hamilton Sossmeier (PTB), diz que, “se não for apreciado neste ano, a discussão vai partir para o lado ideológico e não mais técnico e racional”. Secretário municipal do Meio Ambiente, Germano Bremm avalia o processo eleitoral do próximo ano como uma “oportunidade de produzir um debate sobre o futuro da cidade” e espera enviar o projeto até o mês de dezembro.

■ Privatização do Dmae

A ideia do prefeito Sebastião Melo (MDB) de conceder parte do Dmae à iniciativa privada está “silenciada”, segundo Sossmeier. O presidente da Casa acredita que se for entregue à Câmara no próximo ano, a proposta será “muito emblemática em questões ideológicas”. O desenho da concessão prevê que a iniciativa privada ficaria responsável pela coleta e tratamento de esgoto, distribuição de água e gestão comercial, pelo período de 30 anos. Sob o guarda-chuva da administração pública, permaneceriam a coleta e o tratamento de água. “Acredito que pode seguir ainda esse ano, mas depende da atualização de alguns pontos do estudo técnico”, fala Ricardo Gomes (PL), vice-prefeito da Capital. Gomes afirma que o governo está “em linha finais com o BNDES”, responsável pelo modelo de concessão. Roberto Robaina (PSol), líder da oposição na Câmara, diz que trará uma estratégia quando o projeto for encaminhado.

■ Licença-prêmio

Com as discussões iniciadas no plenário, o texto que visa extinguir a licença-prêmio saiu da pauta de votação e, até o momento, o prefeito não pediu o retorno à ordem do dia para apreciação. Pela atual regra do município, após cinco anos de serviço com assiduidade, os servidores têm o direito de se afastar das funções por três meses, como uma espécie de bônus. Uma emenda do vereador João Bosco Vaz (PDT) visa transformar a licença-prêmio em licença para capacitação dos servidores. Da vereadora Cláudia Araújo (PSD), outra emenda pretende que os períodos do benefício adquiridos e não usufruídos sejam convertidos em pecúnia. Robaina diz que monitora o projeto, “desde 9 de agosto dormindo na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) à espera de designação de relator”. Antes do recesso parlamentar, o líder afirmou que a “não votação” desses projetos, incluindo a concessão do Dmae, era uma vitória para a oposição.

■ CPIs sobre Educação

Presidente da Câmara, Hamilton Sossmeier prevê que as CPIs que investigam supostas irregularidades na Secretaria Municipal de Educação (Smed) vão provocar desgastes até o final do ano. “Eu acredito que o clima não muda, vai ser esse desgaste até o final do ano.” Desde o início das duas CPIs, o enredo é conflituoso e estende as movimentações na Casa para fora das reuniões.

■ Excesso de moções

Outro ponto, os excessos de proposições que abrangem homenagens, moções, frentes parlamentares e denominações, podem receber novas regras. Partindo do vereador João Bosco Vaz, dois projetos pretendem limitar a criação de frentes e de moções para duas por ano para cada vereador. A pauta que limita a criação de frentes parlamentares, no entanto, teve o prazo do relatório expirado na CCJ nas mãos de Márcio Bins Ely (PDT) e foi repassada ao vereador Tiago Albrecht (Novo). Do partido de Bosco, Márcio é contrário ao projeto.



Aqui tem gente.

Aqui tem vida.

Aqui tem Unimed.

O maior sistema cooperativo de médicos do mundo está aqui.



unimed.coop.br



TALINE OPPITZ
taline@correiodopovo.com.br

A um ano das eleições de 24

Aum ano das eleições municipais, cujo primeiro turno ocorrerá em 6 de outubro de 2024, a disputa já mobiliza partidos, dirigentes e lideranças. Tradicionalmente o desempenho dos partidos e seus candidatos nas eleições municipais servem de termômetro para as disputas gerais que acontecem dois anos depois. Em reportagem especial publicada nesta edição, a jornalista Flavia Bemfica traçou radiografia do cenário e abordou com especialistas os temas prioritários que devem se impor nas corridas nos municípios. Como a minirreforma eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados não avançou a tempo no Senado, as mudanças avalizadas por deputados federais não entrarão em vigência em 2024. A eleição terá, no entanto, algumas novidades, como a diminuição no número de candidatos registrados e alterações na disputa pelas chamadas sobras. Será ainda a primeira disputa desde a criação das federações partidárias. A campanha e a ida às urnas no ano que vem devem ser marcadas ainda por maior interação pessoal, após a disputa de 2020 ter ocorrido em meio, e sob o temor, da pandemia da Covid. Temas nacionais, que ganham fôlego em função da forte e bélica polarização que segue marcando o cenário, terão espaço nas discussões municipais, assim como os programas relativos ao meio ambiente. Tradicionalmente deixadas de lado, no ano que vem, em função dos eventos climáticos cada vez mais severos, as propostas para a área receberão mais atenção da população, e partidos e candidatos precisam estar preparados.



FERNANDO ANTUNES / DIVULGAÇÃO / CP

A Câmara de Porto Alegre completou a instalação de placas solares que compõem a maior usina solar instalada em prédios públicos da Capital. Foram investidos R\$ 2,2 milhões na implantação de 904 placas solares no terraço do Palácio Aloísio Filho, sede do Legislativo. “Com a instalação, somada à usina implantada em 2018 no nosso estacionamento, mais de 70% da energia necessária para a Câmara será produzida pelas usinas solares. Só esta nova usina será responsável por 50% dela”, disse o presidente Hamilton Sossmeier (PTB). A estimativa é de economia em torno de R\$ 250 mil já no primeiro ano de funcionamento. A nova usina instalada cobre uma área aproximada de 2.300 m² do terraço e tem uma potência de pico de 492,68 kWp. No espaço deve ser instalado ainda carregador para carro elétrico e sistema de armazenamento de energia para cargas críticas.

CNM acusa Congresso de manobra

A Confederação Nacional de Municípios divulgou nota denunciando, com perplexidade, o que chamou de “manobra realizada no Congresso Nacional” no projeto que cria recomposição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) até o final de 2023. Segundo a confederação, o projeto que buscava amenizar a crise enfrentada pelos entes locais foi prejudicado em função do texto inserido na proposta, permitindo a flexibilização do mínimo constitucional aplicado em Saúde. A CNM diz que buscará o Judiciário para que o dispositivo seja suspenso.

Prefeita integra diretório nacional

A prefeita de Novo Hamburgo, Fátima Daudt, agora é membro titular do diretório nacional do MDB. O diretório e a executiva são as duas maiores instâncias decisórias do partido. A eleição ocorreu em Brasília, junto à oficialização da manutenção de Baleia Rossi como presidente nacional por mais dois anos.

Primeira infância

A indicação específica de projetos direcionados à área da Primeira Infância no Plano Plurianual (PPA) da União para os próximos quatro anos esteve na pauta do encontro do presidente da Atricon, Cezar Miola, com o relator do texto na Câmara dos Deputados, Elvino Bohn Gass. Miola afirmou que o PPA contempla o tema de uma forma geral, com a perspectiva da transversalidade. “Nosso pleito é para que a atenção à Primeira Infância seja tratada de forma específica e mais detalhada”, afirmou. Ele citou as ações desenvolvidas na área pelos Tribunais de Contas e o compromisso dos órgãos de controle e da entidade com o Pacto Nacional pela Primeira Infância e com o Marco Legal da Primeira Infância. Segundo Bohn Gass, as questões serão examinadas. Ele destacou ainda que as ações voltadas à oferta de vagas nas creches estão no PPA.

APARTES

■ Depois da filiação da primeira-dama de Guaíba, Deisi Maranhata, o vice-prefeito de Gravataí, Dr. Levy, agora também é do Podemos. Aliás, ele deve compor o desenho da próxima eleição na majoritária. Segundo o presidente estadual do partido, Everton Braz, novos líderes serão anunciados nos próximos dias.

■ **O deputado estadual Matheus Gomes (PSol), por meio de um escritório de advocacia, protocolou sua resposta à interpeção jurídica de autoria do prefeito Sebastião Melo (MDB), que pediu esclarecimentos sobre acusações envolvendo a educação em Porto Alegre. O documento tem seis páginas. Os vereadores Mari Pimentel (Novo) e Roberto Robaina (PSol) também foram interpeçados por Melo.**